ACTAS DO

XII CONGRESSO INTERNACIONAL DE AHILA

editadas por

EUGÉNIO DOS SANTOS

VOL. I

ASOCIACIÓN DE HISTORIADORES LATINOAMERICANISTAS EUROPEOS
ASSOCIAÇÃO DE HISTORIADORES LATINOAMERICANISTAS EUROPEUS
(AHILA)

CENTRO LEONARDO COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

O REPRESENTANTE DOS ESTADOS UNIDOS NO RIO DE JANEIRO THOMAS SUMTER, JR. ANTE A SITUAÇÃO POLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL NOS INÍCIOS DO SÉCULO XIX

Jorge Martins Ribeiro
Departamento de História
Faculdade de Letras Universidade do Porto

A partida da corte para o Brasil, nos finais de Novembro de 1807, fez com que, a após 1808, o Rio de Janeiro se tornasse, durante cerca de 12 anos, a sede do governo português. Devido a este facto, as potências que mantinham relações diplomáticas com Portugal enviaram para aí os seus representantes, ficando os seus interesses na metrópole à guarda de cônsules. Tal foi o caso dos Estados Unidos da América. Este país tivera entre 1790 e 1801 dois representantes diplomáticos em Lisboa, o coronel David Humphreys e William Loughton Smith, dado Portugal ser um país importante para a sua estratégia político-comercial[1]. No entanto, por razões de economia, o governo americano decidiu limitar o número de diplomatas na Europa, pelo que após a partida de William Loughton Smith, em meados de Setembro 1801, os Estados Unidos deixaram de ter um ministro em Lisboa[2]. Somente após 1808, é que o executivo de Washington voltou a estar a representado a nível de ministro junto da corte do Príncipe Regente, agora instalada na América do Sul. Thomas Sumter, Jr., ao tempo secretário da legação norte-americana em Paris, foi o primeiro a ser nomeado ministro plenipotenciário no Rio de Janeiro, tendo apresentado as suas credenciais a D. João, em 1 de Junho de 1810. Além deste, e enquanto a sede do governo luso se manteve no Brasil, os Estados Unidos tiveram aí mais dois representantes, John Graham, ministro plenipotenciário de Julho de 1819 a Junho de 1820 e John James Appleton, na qualidade de encarregado de negócios interino, entre Junho de 1820 e Julho de 1821[3]. Instalados na sede da única monarquia europeia alguma vez estabelecida em solo sul-americano foram observadores atentos e privilegiados dos movimentos independentistas das colónias espanholas, já nesta altura em estado de rebelião contra a metrópole. Será, aliás, sobre as informações enviadas por Thomas Sumter, aos seus superiores, nos anos de 1810, 1811 e 1812, que versará este trabalho.

O contexto sul-americano

Se, desde o início da revolução que conduziu à independência dos Estados Unidos, os mais importantes políticos norte-americanos mostram interesse no futuro das colónias americanas da Espanha, com o aproximar do período revolucionário aumenta a atenção sobre a América Latina. O próprio Thomas Jefferson temia que a Espanha não conseguisse segurar as suas colónias até que os norte-americanos estivessem em estado de as conquistar pedaço a pedaço. Por aqui se vê que o interesse estadunidense se encontrava ligado a um certo sentimento expansionista e à possibilidade de um desenvolvimento das trocas. De qualquer modo, os contactos comerciais com a América do Sul haviam aumentado desde a independência dos Estados Unidos, tendo o tráfico dos portos de Baltimore e Salem com Montevidéu, Buenos Aires e Callao crescido rapidamente, entre 1797 e 1810. Diga-se, contudo, que o seu volume era de pouca monta, quando comparado com o efectuado com as Índias Ocidentais espanholas[4].

Por outro lado, as revoltas na Venezuela e em Buenos Aires ocorreram numa altura em que as guerras na Europa e os problemas daí decorrentes monopolizavam a atenção norte-americana. Refira-se que, de acordo com Charles Carroll Griffin, estes acontecimentos eram olhados nos Estados Unidos como estando meramente subordinados às maquinações europeias. Aliás, em Outubro de 1810, o próprio Presidente Madison parecia pensar que, no respeitante à independência das colónias espanholas, se estava perante um facto consumado, apenas faltando saber se esta se processaria sob os auspícios da França ou da Grã-Bretanha. Com o passar do tempo, porém, verificou-se que as revoltas não eram dirigidas pelas potências europeias[5].

No entanto, pouco após a sua chegada ao Brasil, Thomas Sumter informa ter havido uma Revolução em Buenos Aires e diz que os revolucionários se guiariam mais pelas circunstâncias do que pelas promessas feitas[6]. De facto, a 22 de Maio de 1810, os patriotas impuseram um *Cabildo Abierto*, onde predominavam os elementos separatistas, a formação de uma Junta, a convocação de um Congresso Geral e a suspensão do vice-rei, dado não existir em Espanha, então ocupada pelas tropas napoleónicas, um governo legítimo. No entanto, o *Cabildo*, onde predo-

minavam os elementos leais à metrópole, nomeou uma Junta que tinha como presidente o vice-rei. Isto, obviamente, não agradou aos revolucionários, os quais, a 25 de Maio, formaram uma nova Junta, que governaria em nome de Fernando VII, mas constituída, apenas, por elementos patriotas e presidida por Francisco Saavedra, um dos chefes principais da Revolução[7]. O diplomata estadunidense também refere que as pretensões de D. Carlota Joaquina aos territórios do Rio da Prata não tinham encontrado apoio por parte do governo britânico. Refira-se, a propósito, que a Princesa do Brasil, alimentou o projecto de se tornar regente e até mesmo rainha das colónias espanholas da América. Dado ser filha de Carlos IV e irmã de Fernando VII, ambos impedidos de reinar, depois da abdicação de Bayonne, considerava-se a legítima representante da casa real de Espanha[8].

Embora, no entender de Sumter, fosse importante, para a corte portuguesa, até por uma questão de orgulho nacional, voltar a ter como fronteira sul o Rio da Prata. No entanto, dada a inimizade existente entre as populações de Buenos Aires e Montevidéu, as quais não estavam de acordo acerca das medidas a tomar, não era improvável que os ingleses viessem a apoiar as pretensões lusas. O diplomata, porém, dizia ser muito difícil saber quais os desígnios da Grã-Bretanha relativamente às colónias americanas. De qualquer modo, os portugueses que tinham oito ou dez mil tropas na fronteira, pareciam estar à espera que o Peru e o Chile se opusessem às intenções de Buenos Aires, pois só desta forma poderiam actuar. No entanto, de momento, o diplomata achava que o governo do Rio de Janeiro não estava a pensar em desencadear as hostilidades, nem estas se iniciariam a não ser que obtivesse o apoio da Grã-Bretanha, ou caso os espanhóis provocassem um ataque[9].

A política da Junta de Buenos Aires

A situação, no entanto, sofreu novos desenvolvimentos, dado que elementos oposicionistas, entre os quais se encontravam o ex-vice-rei Liniers, o intendente de Córdova, Juan Gutiérrez de la Concha, e o coronel Santiago Allende foram executados a 26 de Agosto pela Junta Governativa de Buenos Aires. A propósito deste incidente o representante estadunidense no Rio de Janeiro afirmava que os acontecimentos tinham ultrapassado os piores receios, a Junta havia tingido "as suas mãos" de sangue. E Sumter acrescentava não poder saber quando tais práticas acabariam, pois tratava-se de um povo onde existia muita ignorância e traição, além de que, em sua opinião eram poucas as pessoas capazes de se adaptarem à ordem e ao auto-governo. Além disto, as autoridades de Montevidéu tinham bloqueado o porto de Buenos Aires, tendo o comandante de um navio de guerra britânico tomado atitudes ofensivas, tanto para espanhóis como para os comerciantes ingleses, ao parecer favorecer as posições uruguaias. Este episódio tomou um aspecto ainda mais grave, porque Lord Strangford, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Grã-Bretanha, junto da corte portuguesa, apoiara a Junta de Buenos Aires. Isto, na opinião do diplomata parecia provar que Londres não delineara nenhuma estratégia para a América Espanhola, estando esta dependente do pessoal aí estacionado, bem como de alguns agentes, de forma a obter o que mais desejava destas colónias, sem se arriscar a uma ruptura com a Espanha. Não obstante, o representante de Madrid junto da corte de D. João tinha-se queixado do facto de Lord Strangford ter tido contactos com a Junta de Buenos Aires. Isto não deixa de ser significativo, porque dados os condicionalismos da situação política europeia, a Inglaterra necessitava deste país para derrotar Napoleão e como mercado para os seus produtos[10]. Lord Strangford apoiara os revolucionários, porque o vice-rei Hidalgo de Cisneros, após ter permitido, em finais de 1809, a entrada em Buenos Aires de grandes quantidades de mercadorias inglesas e de ter assegurado aos comerciantes tempo suficiente para a sua venda, a 25 de Dezembro, desse ano, ordenara que todos os súbditos britânicos deixassem a cidade, apesar de grande parte dos produtos ainda estarem em armazém[11].

Em meados de Novembro de 1810, o bloqueio a portos argentinos, decretado pelas autoridades de Montevidéu, com a anuência do representante da Espanha no Rio de Janeiro, veio criar dificuldades ao comércio estadunidense, pelo que Thomas Sumter se viu obrigado a proceder a diligências a fim de obviar a tal inconveniente[12]. Assim, nos finais de Janeiro de 1811, o ministro enviou uma carta ao governador de Montevidéu acerca dos navios, entre os quais se contavam alguns americanos, que se encontravam retidos em vários portos do Rio da Prata. Como era óbvio, tal decisão afectava os proprietários dos barcos e das cargas. Enquanto isto, as

embarcações britânicas não estavam sujeitas a tal medida, o que, no entender do diplomata, revelava a existência de uma parcialidade por parte das autoridades uruguaias para com os outros países, nomeadamente para com os Estados Unidos. Deste modo, e caso não fosse possível isentar as embarcações norte-americanas de tal disposição, solicitava que fosse permitido deixar o Rio da Prata às que se encontravam em locais sob bloqueio. Por outro lado, pedia que os barcos ancorados nos portos onde tal determinação não era aplicada fossem autorizados a ir buscar as mercadorias, aí depositadas, pertencentes a cidadãos norte-americanos. Além disto, pretendia que estes privilégios fossem extensíveis aos navios que tivessem deixado os Estados Unidos ou outros países antes que se tivesse tido conhecimento da implementação de tal medida[13].

Na realidade, o governador de Montevidéu parece ter sido incitado a tomar esta decisão pelo ministro de Espanha, junto da corte de D. João VI, e não porque tivesse recebido ordens nesse sentido. Sumter, por seu lado, era de opinião que tudo se devia à instigação de D. Carlota Joaquina, a qual conseguira mesmo reunir dinheiro para o efeito[14]. O diplomata dava conta da desconfiança, que pairava em toda a América do Sul, relativamente aos norte-americanos, pois temia-se que estes fossem instrumentos de maquinações francesas. Isto dificultava a missão de Joel R. Poinsett, o qual partira disfarçado para Buenos Aires[15]. Poinsett era um agente americano que, a exemplo de outros nomeados aquando das rebeliões da América do Sul, devia fornecer ao executivo de Washington informações acerca do país para onde fora enviado. De acordo com as instruções recebidas, estes homens deviam dar relevo ao incremento das trocas comerciais, mostrar o interesse dos Estados Unidos nos movimentos independentistas, os quais, no entanto, se manteriam neutrais no conflito que opunha a metrópole às colónias[16].

Entretanto, Sumter soubera através de um viajante, recentemente chegado de Buenos Aires, que a Junta Governativa estava ansiosa por conhecer os sentimentos do governo estadunidense para com o seu movimento. E, ainda de acordo com o referido viajante, os revolucionários, no respeitante ao comércio, não pretendiam conceder privilégios especiais a nenhuma nação. Por outro lado, juntamente com o Peru e o Chile declarariam a sua independência dentro de dois ou três meses. Além disto, o marquês de Casa-Irujo, representante da Espanha no Rio de Janeiro, acreditava na força dos lealistas das províncias sublevadas, achando que em breve, estas seriam reduzidas à obediência[17]. Entretanto, Sumter , numa longa carta enviada a Joel Poinsett, em 15 de Abril de 1811, informava-o que os objectivos dos Estados Unidos, relativamente às províncias do Rio da Prata, eram puramente comerciais e neutrais[18]. Na realidade, a Junta de Buenos Aires estava ansiosa pelo auxílio americano, até porque além de Joel Poinsett ter aí criado uma impressão favorável, os agentes regressados dos Estados Unidos referiram o bom acolhimento de que haviam sido alvo[19].

Já no respeitante à margem uruguaia do Rio da Prata, Thomas Sumter era de opinião que a posição da cidade de Montevidéu, juntamente com os socorros enviados pelo governo do Rio de Janeiro, tornariam a resistência muito mais longa que em Buenos Aires. O diplomata, todavia, continuava preocupado com a segurança do comércio estadunidense na América do Sul e, em Junho de 1811, embora se regozijasse com o facto do perigo não ter aumentado, declarava-se convencido que os navios americanos continuariam a correr riscos no Rio da Prata. Aliás, tudo parecia indicar que a luta, à volta de Montevidéu, seria longa e mortífera. Esta opinião radicava-se no facto de não haver unidade, tanto nas medidas a tomar, como nos objectivos, o que ficara patente através da Revolução de 5 de Abril. A avaliar pelo acontecera noutras partes da América do Sul (Paraguai, Chile e Peru), o povo encontrava-se dividido: enquanto uns apoiavam a antiga forma de governo, outros eram favoráveis a uma nova fórmula, qualquer que ela fosse. E, como houvera um cisma entre os líderes dos dois partidos, não era de excluir a probabilidade de um confronto entre as duas facções. Por outro lado, o facto dos franceses terem sido expulsos de Portugal e da situação em Espanha não haver melhorado poderia levar o governo do Rio de Janeiro a adoptar uma atitude mais comedida, sobretudo se, em Buenos Aires, o partido moderado se mostrasse conciliador. Todas estas informações, veiculadas por Sumter, tinham a finalidade de mostrar as dificuldades e os contratempos a que o comércio neutral poderia estar sujeito nesta região. Aliás, notícias recebidas davam conta do facto dos insurgentes de Buenos Aires terem obrigado à interrupção do fornecimento de provisões, esperando-se um embargo sobre todos os navios carregados com carne de vaca.[20].

A situação complicou-se no lado uruguaio, tendo a insurreição alastrado nos arredores de

Montevidéu. Embora nas imediações se encontrasse uma força de Buenos Aires, a cidade poderia resistir a ataques durante cerca de três meses, devido às medidas tomadas pelo vice-rei, de acordo com informações do comandante de um navio inglês, chegado à capital brasileira. Aliás, se Montevidéu continuasse a resistir e a situação em Espanha evoluísse de forma satisfatória, dadas as dissensões entre as várias facções, Buenos Aires achar-se-ia numa posição difícil, relativamente ao aprovisionamento[21]. Entretanto, o filho do presidente e um elemento do *Cabildo* de Buenos Aires tinham passado pelo Rio de Janeiro a caminho de Nova Iorque, onde deveriam chegar durante o mês de Setembro. Viajavam a bordo de um navio, propriedade de um cidadão norte-americano, o qual fora recomendado ao Presidente para cônsul do seu país em Buenos Aires. Embora o diplomata não soubesse em que qualidade se iriam apresentar perante as autoridades estadunidenses, quando aí chegassem, apurara que os revolucionários iam aos Estados Unidos com o objectivo de comprar armas. O dono do navio estava ligado a um comerciante de Filadélfia, a quem certamente recorreria se o governo de Washington recusasse fornecer-lhes armamento[22]. É interessante notar, que, pouco após o envio de agentes para as colónias revoltadas, os representantes dos insurgentes começaram a chegar aos Estados Unidos, os quais foram uma fonte de embaraço para os norte-americanos. Os agentes de Buenos Aires, que chegaram a território estadunidense em Outubro de 1811, à procura de ajuda e apoio diplomático, foram bem recebidos, embora não de forma oficial, tendo comprado algumas armas. Não conseguiram, todavia, adquirir todas quantas pretendiam, parece que devido a uma insuficiência de crédito, nem as mensagens que enviaram ao Secretário de Estado obtiveram resposta. Além de se dedicarem ao contrabando para os seus países, armaram alguns navios corsários e organizaram expedições prejudiciais aos interesses da Espanha[23].

Refira-se que apesar da influência britânica ser preponderante em Buenos Aires, a dos Estados Unidos também era apreciável. De facto, os primeiros chefes da rebelião estavam a par dos acontecimentos norte-americanos, sendo Belgrano, um dos heróis da fase inicial do movimento, um admirador de George Washington[24].

O tratado de pacificação e a conjuntura de reaproximação com a Espanha.

Entretanto, foi assinado um tratado de paz entre a Junta de Buenos Aires e D. Francisco Xavier Elío, vice-rei do Rio da Prata . No entanto, o governo do Príncipe Regente não se mostrou completamente satisfeito com o texto do convénio, por a Junta e o vice-rei não terem chegado a um acordo de paz, mais específico, relativamente ao território acima e abaixo do Uruguai. A propósito, o ministro dos negócios estrangeiros, D. Miguel Pereira Forjaz, informou o representante norte-americano que as tropas luso-brasileiras não se retirariam dos territórios em questão, enquanto estes não fossem alvo de um acordo entre a Junta de Buenos Aires e o vice-rei. Desta conversa, Sumter inferia que os portugueses não tinham sido consultados, não estando o documento, então produzido, de forma alguma à mediação proposta por Lord Strangford, a qual, aliás, fora rejeitada, algum tempo antes, pela Junta anterior. Aliás, nem sequer parecia ter sido obra do marquês de Irujo. No entender do ministro americano, o representante espanhol nunca aconselharia tal ao vice-rei, sobretudo, numa altura em que Montevidéu não estava em risco imediato, enquanto Buenos Aires e a Junta ficariam ameaçadas, caso os seus exércitos não se conseguissem reagrupar. Isto, numa ocasião em que as tropas do Peru avançavam. De qualquer modo, os objectivos das duas facções permaneciam obscuros, não sendo improvável que em ambas, como entre os peruanos, estivesse presente um certo ressentimento contra os portugueses.

Sumter, por seu lado, achava que a nova Junta, então no poder em Buenos Aires, não era favorável nem ao partido de Francisco Saavedra, nem ao partido de Juan José Castelli, um dos mais importantes activistas da revolução de Maio de 1810. Assim, se nenhuma das facções ocupasse o poder até à chegada do texto da nova Constituição, que estava a ser redigida pelas cortes espanholas, esta provavelmente iria ter uma influência determinante no povo, na Junta e no Congresso, sendo possível um acordo com a metrópole. Ao mesmo tempo, o diplomata americano preocupava-se com o papel que a Grã-Bretanha desempenharia em todo este processo, podendo, inclusivé, ajudar a Espanha a restabelecer laços mais estreitos com as suas possessões sul-americanas, em troca de um certo número de vantagens[25].

As notícias veiculadas pelos jornais de Buenos Aires e de Montevidéu, vieram confirmar as afirmações do ministro espanhol, no Brasil, segundo o qual teria sido o medo ao exército peruano que levara a Junta a adoptar medidas de pacificação. D. Francisco Xavier Elío, por seu lado, também não tinha conhecimento do que se passava nas províncias do interior, nem dos sucessos do exército. Aliás, uma carta do vice-rei dirigida ao almirante britânico DeCourcy parecia mostrar que a nova Junta estava disposta à reconciliação, estando a decorrer negociações de forma a restaurar a paz e a prosperidade. Estas observações, todavia, parecem ter sido feitas em resposta às pretensões de mediação da Inglaterra, sendo muito provável que as cortes espanholas lhe tivessem apontado as consequências. Além disto, o diplomata achava que as cortes não deveriam estar muito satisfeitas com a admissão de tropas portuguesas em território espanhol. Isto, no entanto, na opinião de Sumter, fora obra do marquês de Irujo e de D. Carlota Joaquina. Esta acção obtivera o consentimento de D. João, embora contasse com a oposição do ministro inglês no Rio de Janeiro.

A ocupação de território espanhol parece ter ido ao encontro das pretensões do Príncipe Regente e, em particular, do seu ministro da guerra. Este foi levado a aproveitar-se da situação para dominar ou, pelo menos, para criar um pretexto que lhe permitisse ficar na posse da margem oriental do Rio da Prata e até obter os estabelecimentos do Paraguai. Estes, devido à sua posição e força, poder-se-iam tornar inimigos perigosos para as regiões mineiras e cerealíferas do Brasil. Assim, as atitudes do vice-rei indiciariam o facto deste ter recebido instruções das Cortes, as quais pareciam querer que as ligações com as colónias assentassem nos méritos da nova Constituição. Deste modo, procuravam desembaraçar-se de todos os intrusos estrangeiros. A corroborar isto está o facto das Cortes o terem chamado a Espanha na segunda metade de Julho. Além disto, Sumter referia o facto do marquês de Irujo se ter tornado odioso aos olhos dos colonos pela atitude tida ao incitar o antigo governador de Montevidéu, Gaspar de Vigodet e os peruanos a oporem-se à Junta e por ter conseguido a ajuda do exército português, medida não do agrado dos próprios montevideanos. Aliás, se a Junta era efectivamente favorável a uma reconciliação e as cortes tivessem adoptado o plano de confiar o destino da nova Constituição à vontade do povo, este teria sido um momento ideal, dado que a pausa na guerra dava aos contendores a oportunidade de fazerem um balanço.

Sumter era de opinião que iria haver uma reconciliação temporária e até mesmo uma união à mãe-pátria, cuja duração da qual dependeria, em muito, do sucesso das Cortes em manterem a guerra, contra os franceses, na Península e em se reconciliarem com as outras colónias americanas. Quanto à sorte da guerra, esta dependia do sentimento do povo, o qual se mostrava mais hostil ao inimigo do que afeiçoado ao seu governo, bem como dos escassos fornecimentos de dinheiro e provisões enviados pela Inglaterra. Alguns desastres poderiam frustar este objectivo, porém se a Junta queria a reconciliação, Sumter achava que isto seria escondido das colónias. Deste modo, a prolongada resistência da Espanha e os sucessos de Portugal seriam apresentados de forma favorável, de modo a surtir efeito durante um certo tempo.

O facto do marquês de Irujo confiar na mediação da Inglaterra entre a metrópole e as colónias e o rumor que circulava entre os comerciantes britânicos, segundo o qual o governo espanhol concordara em limitar o comércio do Rio da Prata aos navios ingleses e portugueses causou apreensão ao representante norte-americano. Este achava que a decisão poderia ter a ver com algum acordo concluído entre as cortes espanholas e o governo de Londres. A resolução, aliás, poderia ter sido comunicada ao vice-rei Elío, sem ter sido previamente conhecida no Rio de Janeiro, e como chegara num momento crítico para a colónia poderia ter provocado uma rápida pacificação. Thomas Sumter preocupava-se com a possibilidade da Grã-Bretanha monopolizar os mercados da América do Sul e aí obter tudo o que necessitava, desde provisões a madeiras para construção naval. De momento, o seu comércio tanto no Brasil como Rio da Prata era praticamente nulo, tendo os mercadores britânicos sofrido perdas elevadas.

As expectativas dos Estados Unidos

A situação na América do Sul e na Península fazia com que, no entender do representante estadunidense, a Espanha, Portugal e o Reino Unido vissem com um certo alarme a possibilidade de uma guerra entre esta potência e os Estados Unidos. Esta poderia levar a uma proibição

das trocas comerciais com a Península Ibérica. Aliás, se a Grã-Bretanha pressionasse demasiado os Estados Unidos, estes poderiam ter a tentação de a obrigar a um acordo, estendendo o *non-intercourse act* aos seus aliados.

Entretanto, a Grã-Bretanha provocara algum alarme entre os portugueses e os espanhóis ao capturar barcos dos dois países que se dedicavam ao comércio de escravos, com a intenção de os levar a abandonar tal tráfico. Esta era para Sumter uma prova da política desesperada levada a cabo pelo gabinete de Londres, pois, em seu entender, não havia nada que mais malquistasse toda a América do Sul contra o Reino Unido. Este, todavia, prosseguiria com tais medidas, de forma gradual, enquanto o valor da Península desculpasse ou escondesse o verdadeiro projecto que não era outro senão o de diminuir o crescimento da produção de artigos capazes de interferirem com as produções coloniais britânicas, já de si demasiado abundantes para as necessidades da Europa[26]. É aqui de referir que alguns americanos utilizavam navios com as bandeiras de Portugal e da Espanha para o tráfico de escravos, alguns dos quais tinham sido capturados pela marinha de guerra britânica, até porque o governo americano também estava decidido a acabar com tal escambo[27]. E, numa conversa entre Lord Strangford e Thomas Sumter, a propósito deste assunto, quando o representante americano assegurou que portugueses e espanhóis ficariam arruinados com as medidas tomadas pela Grã-Bretanha, o almirante inglês teria afirmado ser necessário obrigá-los, sob ameaça, a terminar com tal comércio.

Na opinião de Sumter o ministro dos negócios português e os representantes da Espanha e da Inglaterra, no Rio de Janeiro, tinham uma importância determinante nos acontecimentos do Rio da Prata. E, embora o diplomata estadunidense afirmasse que os três nunca haviam actuado em consonância, tinham, porém, o mesmo objectivo em vista. Assim, culpava estes homens, bem como a irresolução do partido independentista, em Buenos Aires, pelas circunstâncias que provocaram dificuldades ao referido partido. Apesar de existir vontade de uma reconciliação com a metrópole, o ministro plenipotenciário achava que nem D. Miguel Pereira Forjaz, nem o marquês de Casa-Irujo, nem Lord Strangford, estavam preocupados com tal facto. O representante da Espanha embora parecesse agradado com a situação, teria preferido uma submissão incondicional, o que esperara obter através das tropas vindas do Peru e da exibição de força por parte dos portugueses. Quanto a D. Miguel Pereira Forjaz e a Lord Strangford, não acreditava que estes estivessem satisfeitos com a pacificação alcançada. Achava, inclusivé, que o representante britânico voltaria a enviar o almirante DeCourcy pedir satisfações acerca do tratamento infligido a um barco mercante inglês, o *President and Little belt*.

Os opiniões do agente Poinsett, então em Buenos Aires, diferiam das veiculadas por Sumter para o Secretário de Estado e que ele formara através das informações obtidas no Rio de Janeiro. Para Poinsett a nova Junta era favorável a Castelli, enquanto que para o diplomata estadunidense esta não estava ligada a nenhum dos partidos existentes, parecendo ser favorável a uma reconciliação com a metrópole e não à independência. Além disto, achava que as populações da margem oriental do Rio da Prata estavam descontentes com a pacificação, não se sentindo obrigadas por ela, quer os portugueses se retirassem quer não. O representante americano, por seu lado, sentia-se inclinado a acreditar que, se os portugueses não abandonassem os territórios ocupados, os espanhóis unir-se-iam contra eles. Em caso de evacuação das forças lusas o ressentimento contra estas, aliado aos esforços que a metrópole devia estar a fazer, a fim de reconciliar os vários partidos entre si, de forma a mostrarem-se favoráveis à nova Constituição, prevaleceria durante algum tempo.

Além disto, em carta datada de 14 de Novembro, Poinsett escrevia que o vice-rei Elío havia sido demitido, tendo as Cortes enviado propostas à Junta de Buenos Aires. O agente presumia que estas precediam ou acompanhavam a nova Constituição e muito provavelmente as mesmas que o vice-rei usara, a fim de conseguir uma mudança na Junta anterior. Além disto, ficara a saber que todos os membros da antiga Junta com excepção dos que formavam o executivo continuavam, constituindo aquilo que se podia chamar um corpo conservador. Apesar de tudo, Sumter achava que todas as informações recolhidas por Poinsett eram difundidas pelo partido no poder, enquanto as por ele recolhidas no Rio de Janeiro tinham como origem as várias facções e eram veiculadas através de canais ligados aos representantes da Espanha e do Reino Unido, bem como ao ministro dos negócios estrangeiros português. Deste modo, as notícias obtidas na capital brasileira deveriam ser de carácter mais geral, mais correctas e imparciais, tendo em conta circunstâncias que não eram do conhecimento do agente americano, aquando

da data de envio da correspondência. Com tudo isto, Sumter parece querer justificar a sua actuação e o trabalho desenvolvido junto da corte do Príncipe Regente. Esta nossa impressão parece ser corroborada no final do despacho de 5 de Dezembro de 1811, na qual o ministro escreve que, embora de forma mais limitada, esperava que as suas diligências, no sentido de obter informações acerca do que ocorria no Rio da Prata, tivessem, de algum modo, contribuído para o Secretário de Estado formar uma opinião acerca do futuro curso dos acontecimentos na região[28].

Novos confrontos e hostilidades

A situação, no entanto, continuava difícil, tendo, nos inícios de Dezembro de 1811, ocorrido um motim das tropas em Buenos Aires, o qual fora alvo de forte repressão, por parte das autoridades, havendo grandes baixas entre os amotinados. O governo preparava-se, aliás, para executar um em cada dez dos soldados que se haviam rendido. Isto fazia com o ministro americano se interrogasse se medidas tão duras, tomadas por um governo tão instável, não acabariam antes por ter um efeito contrário, provocando movimentos contra ele, em vez de os evitar. Já os índios, que não tinham qualquer ligação, nem com os monárquicos, nem com os independentistas desempenhavam um papel de relevo na revolução. O sacrifício do poder, que o executivo fizera em Novembro de 1811, apesar de parecer voluntário fora, sem dúvida, ditado pela necessidade. Porém, com tal governo, todos os que queriam a independência acabariam por cair em facções e envolver-se-iam em lutas uns contra os outros. Além disto, todas as classes encontravam-se sacudidas por paixões violentas e a soldadesca tinha-se tornado extremamente licenciosa. A situação continuava a revelar-se confusa, pois, a 8 de Janeiro de 1812, o marquês de Irujo informava ter sabido por um barco, chegado no dia anterior, que ainda reinava uma grande confusão em Buenos Aires, tendo o número de mortos ultrapassado a centena. O representante espanhol esperava a chegada, a qualquer momento, ao Rio de Janeiro, do vice-rei D. Francisco Xavier Elío, o qual regressava de Espanha[29].

Já cerca de um mês depois, as notícias que envia a James Monroe derivam das gazetas de Buenos Aires do ano anterior. Assim, apenas refere que a nova Junta se havia desembaraçado dos deputados da velha Junta, a quem havia prometido compartilhar o poder. Além disto, afirma ter recebido uma carta datada de 27 de Dezembro de 1811, através da qual era levado acreditar que em breve se daria uma outra "explosão" de carácter político. Ao mesmo tempo, estava a decorrer o julgamento de várias pessoas implicadas na conspiração do dia 7 desse mesmo mês de Dezembro. Além disto, Castelli e Saavedra tinham sido detidos, pelo que estes dois políticos também iriam comparecer perante o tribunal. Ambos tinham sido os chefes do partido favorável à independência, um era mais moderado e o outro mais radical. Deste modo, tornava-se impossível conceber como é que estes homens lutavam pela independência, conforme proclamavam, se, na realidade, estavam a destruir e a desafiar todos os que a apoiavam. E, o diplomata comentava que estas medidas podiam ter um efeito contrário, ou seja, o de lançar tudo nas mãos do partido espanhol[30].

A situação no sul do continente continuou difícil, as hostilidades recomeçaram entre a Junta de Buenos Aires e a as autoridades de Montevidéu, tendo os portugueses também sido atacados. Devido a este facto, as 4.000 tropas portuguesas, estacionadas perto da povoação de Maldonado, depois da pacificação, atravessaram o rio, em direcção a Colónia. Estas forças actuavam em consonância com Montevidéu, embora, de acordo com Sumter, existisse entre eles um grande ressentimento. Calculava-se também que o general Goyeneche y Barreda, encarregado de derrotar os rebeldes, à frente de uma força poderosa não estava muito longe de Córdova. Entretanto, a nova Junta tinha libertado Saavedra e Castelli, embora nada de soubesse, nesta altura, acerca do presente ou do futuro. Quanto ao comércio os ingleses continuavam a ignorar o bloqueio nos portos do Rio da Prata, embora alguns barcos americanos tivessem aportado a Buenos Aires e tivessem sido aí bem tratados[31].

Por outro lado, em Abril de 1812, Thomas Sumter informava que o vice-rei Elío ao contrário do que se esperava, ao regressar de Espanha não visitara o marquês de Irujo, o qual, estava de partida para os Estados Unidos, a fim de daí seguir para Cádis. A propósito, escrevia que o diplomata espanhol ainda não nutria muita simpatia pelos Estados Unidos, tendo, sem dúvida, em larga medida, alimentada as suspeitas do governo de Príncipe Regente de que os

norte-americanos eram favoráveis à França. Este clima de suspeição terá criado dificuldades e causado prejuízos ao comércio estadunidense no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro. Além disto, informava ter ouvido dizer que, no leste do Rio da Prata, as tropas de Buenos Aires estavam apenas a 60 ou 70 léguas de Montevidéu e que o exército português, com uma força numérica menor, estava a aproximar-se delas[32].

As forças portuguesas, no entanto, tinham chegado a Colónia, sem muita oposição. Nos finais de Maio a Gazeta de Buenos Aires anunciava uma espécie de trégua, a qual precederia um tratado, garantido pelo rei de Inglaterra e que os exércitos de ambos os lados se retiravam. A imprensa, aliás, insinuava que estas medidas tinham sido tomadas a pedido do Príncipe Regente D. João, embora a Gazeta do Rio de Janeiro de 15 de Julho contradissesse esta ideia. A versão oficial da retirada do exército era a de que D. João anuíra a esta disposição, por esta estar de acordo com os pontos de vistas do monarca britânico, na sua capacidade de mediador entre a Espanha e as suas colónias, tendo a suspensão das hostilidades sido o objecto das discussões decorrentes dessa mediação. De facto, as tropas portuguesas estavam a recuar e D. João era suposto estar desagradado com o que se estava a passar. Na realidade, a guerra que envolvia as forças portugueses tinha sido suspensa por recomendação do governo britânico, de forma a dar à prometida comissão conjunta constituída pela Espanha e Inglaterra, uma oportunidade para reconciliar as colónias com a metrópole. De acordo com Sumter, porém, nada disto era do agrado de D. João. Buenos Aires, por seu lado, tinha conseguido as boas graças do governo britânico ao afirmar querer terminar com o comércio de escravos. O diplomata, contudo, não acreditava na sinceridade desta proposta, achando, inclusivé, que, a ser verdadeiro, tal se revelava contrário a tudo quanto pensara até aí. As autoridades lusas, aliás, tinham recebido mal a notícia, tendo havido agitação e interrupção das trocas comerciais com os ingleses na Baía[33].

De qualquer modo, no ano de 1812, a guerra libertação no Rio da Prata conheceu uma pausa, situação que se alterou com a Paz Geral, tendo então tanto os Estados Unidos como a Grã-Bretanha decidido conceder ajuda aos revoltosos. Para o facto contribuiu a actuação de Fernando VII e a guerra recomeçou, em 1816, na fronteira sul do Brasil[34].

* * *

Residente no Rio de Janeiro, o ministro plenipotenciário americano, apesar das dificuldades, estava bem posicionado para obter informações acerca do que se passava na região do Rio da Prata, numa altura em que os Estados Unidos começavam a mostrar interesse nas revoluções ocorridas nas colónias espanholas da América. De facto, logo após a sua chegada vai diligenciar obter informações úteis e veiculá-las para Washington. O diplomata queixava-se que os seus meios para obter na capital brasileira boas informações sobre os Estados Unidos e a Europa eram muito limitados, até porque existiam aí poucas pessoas com alguma relação com os norte-americanos. Por outro lado, criara-se no Brasil a ideia de que Thomas Sumter era um partidário francês, de modo que quase toda a gente tinha medo de conviver com ele, o que o levava a afirmar que se estava num país amigo não se encontrava num país de amigos[35]. Conforme acabámos de ver, a correspondência do representante americano, no Rio de Janeiro, revela-se rica em pormenores acerca de Buenos Aires e Montevidéu, mostrando-se, além disto, um observador atento e arguto do que o rodeava. Contudo, apesar do diplomata estar atento ao evoluir da situação, nos territórios vizinhos do Brasil, o facto é que durante o período das hostilidades anglo-americanas, a administração estadunidense não deu muita atenção às revoluções das colónias espanholas. Por outro lado, o declínio destes movimentos, excepto precisamente em Buenos Aires, que já em 1812 dava sinais de se querer separar da metrópole, e a dificuldade de comunicações entre a América do Norte e a do Sul contribuíram para esta falta de interesse[36]. No entanto, Sumter continuou no seu posto e até ao fim da guerra irá manter-se vigilante. Aliás, uma vez terminado o conflito, Washington voltará a dar grande relevo a tudo quanto dizia respeito ao continente americano, sendo a primeira nação a reconhecer a independência dos novos países. Na realidade, tal como a Revolução e a independência dos Estados Unidos ao separar as colónias inglesas da Grã-Bretanha, as desligara das guerras e da política europeia também os movimentos revolucionários das colónias espanholas subtraiam uma enorme porção da América do Sul e do Norte a estes conflitos.

[1] RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *Comércio e Diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997. Tese de doutoramento, p. 958.

[2] *Idem, ibidem*, p., 769-772.

[3] HILL, Lawrence F. – *Diplomatic Relations between the United States and Brazil*, Durham, NC. Duke University Press, 1932, p. 5; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *Comércio e Diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 846

[4] Id., *ibid.*, p. 43-44.

[5] GRIFFIN, Charles Carroll – *The United States and the disruption of the Spanish Empire 1810-1812*. New York: Columbia University Press, 1937, p. 46-48.

[6] NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION, General records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809 – 1906, vol 1 (April 3, 1809 – October 11, 1813). (National Archives microfilm publication, M121, rolo 2*). Despacho do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr, para o Secretário de Estado, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 23 de Junho de 1810.
A partir de agora os National Archives and Records Administration passam a ser designados pela abreviatura N. A.R. A.

[7] EZQUERRA, Ramón – *Argentina [Independencia]*. In dir. BLEIBERG, Germán – Diccionario de Historia de España. Madrid. Alianza Editorial, 1986. tomo I, p. 342.

[8] MANCHESTER, Alan K. – *British Preëminence in Brazil. Its Rise and Decline. A study in European expansion*. New York: Octagon Books, 1972, p. 118, 120.

[9] N. A. R. A., General records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809 – 1906, vol 1 (April 3, 1809 – October 11, 1813). (National Archives microfilm publication, M121, rolo 2*). Despacho do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr, para o Secretário de Estado, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 23 de Junho de 1810.

[10] Id., *ibid.*, Despacho nº. 4 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr, para o Secretário de Estado, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 2 de Outubro de 1810.

[11] MANCHESTER, Alan K., *ob. cit.*, p. 126.

[12] "We have had news from England to the middle of November and none from Buenos Ayres for more than 50 days, you will know before this reaches you that that port is blockaded by the Montavideans and that of course it is difficult for citizens of the United States to have intercourse with that place from this. The Spanish Minister here sanctions the hostility of the Legal Montevideans." N. A. R. A., General records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809 – 1906, vol 1 (April 3, 1809 – October 11, 1813). (National Archives microfilm publication, M121, rolo 2*). Despacho do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr, para o Secretário de Estado, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 7 de Janeiro de 1811.

[13] Id., *ibid.*, Carta do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr para o governador de Montevideu, Gaspar de Vigodet, datado do Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 1811 anexo ao despacho nº. 7 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr, para o Secretário de Estado, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 7 de Janeiro de 1811.

[14] "Mr. Poinsett was still here and received his packet . He sailed five days afterwards for Buenos Ayres. Soon after his departure from the United States you will have heard of the Blockade of Buenos Ayres by the Governor of Montevideo, who I believe has been excited to this conduct rather by the advice and sanction of the Spanish Minister at this court (at the instigation of the Princess Carlotta who is said to have found money for the occasion) than by orders from Spain." Id., *ibid.*, Despacho do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr, para o Secretário de Esta-

do, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 7 de Janeiro de 1811.

[15] Id., *ibid.*, Despacho do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr, para o Secretário de Estado, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 7 de Janeiro de 1811.

[16] GRIFFIN, Charles Carroll, ob. cit., p. 49; BEMIS, Samuel Flagg – *A diplomatic history of the United States*. 4ª. Ed. New York: Holt, Rinehart and Winsron, 1955, p. 198.

[17] N A R A, General records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809 – 1906, vol 1 (April 3, 1809 – October 11, 1813). (National Archives microfilm publication, M121, rolo 2*). Despacho n.º 9 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr, para o Secretário de Estado, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 9 de Abril de 1811.

[18] Id., *ibid.*, Carta do ministro plenipotenciário, Thomas Sumter, Jr. para Joel Poinsett, datado do Rio de Janeiro, 15 de Abril de 1811 anexo ao despacho n.º 9 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr, para o Secretário de Estado, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 9 de Abril de 1811.

[19] GRIFFIN, Charles Carroll – *The United States and the disruption of the Spanish Empire 1810-1822*. New York: Columbia University Press, 1937p. 60

[20] N A R A, General records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809 – 1906, vol 1 (April 3, 1809 – October 11, 1813). (National Archives microfilm publication, M121, rolo 2*). Despachos n.ºs 11 e 12 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr, para o Secretário de Estado, Robert Smith, datados do Rio de Janeiro, 24 de Abril e 4 de Junho de 1811.

[21] Id., *ibid.* Despacho n.º 13 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr. para o Secretário de Estado, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 6 de Junho de 1811.

[22] Id., *ibid.* Despacho do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr. para o Secretário de Estado, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 8 de Agosto de 1811.

[23] GRIFFIN, Charles Carroll, *ob. cit.*, p. 50, 52-53; BEMIS, Samuel Flagg, *ob. cit.*, p. 198.

[24] GRIFFIN, Charles Carroll, *ob. cit.*, p. 58.

[25] Id., *ibid.* Despacho n.º 15 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr. para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Rio de Janeiro, 26 de Novembro de 1811.

[26] Id., *ibid.* Despacho n.º 16 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr. para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Rio de Janeiro, 5 de Dezembro de 1811.

[27] RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, *ob. cit.*, p. 939-943.

[28] N A R A, General records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809 – 1906, vol 1 (April 3, 1809 – October 11, 1813). (National Archives microfilm publication, M121, rolo 2*). Despacho n.º 16 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr. para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Rio de Janeiro, 5 de Dezembro de 1811.

[29] Id., *ibid.* Despacho n.º 17 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr. para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Rio de Janeiro, 5 de Dezembro de 1812.

[30] Id., *ibid.* Despacho n.º 18 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr. para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Rio de Janeiro, 1 de Fevereiro de 1812.

[31] Id., *ibid.* Despacho n.º 19 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr. para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Rio de Janeiro, 12 de Abril de 1812.

[32] Id., *ibid.* Despachos n.º 19 e 20 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr. para o Secretário de Estado, James Monroe, datados do Rio de Janeiro, 12 e 24 de Abril de 1812.

[33] Id., *ibid.* Despachos n.º 21 e 22 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr. para o Secretário de Estado, James Monroe, datados do Rio de Janeiro, 24 de Julho e 2 de Agosto de 1812.

[34] SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal.* [S.l.]: Verbo, [1984], vol. VII, p. 153.

[35] N A R A, General records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809 – 1906, vol 1 (April 3, 1809 – October 11, 1813). (National Archives microfilm publication, M121, rolo 2*). Despacho n.º 22 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr. para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Rio de Janeiro, 1 de Outubro de 1812.

[36] GRIFFIN, Charles Carroll, *ob. cit.*, p. 55, MANCHESTER, Alan K., ob. cit., p. 134.